



ENTREVISTA DA SEMANA

Mauro Mendes
Governador do Estado

Mato Grosso celebra queda na criminalidade com o programa Tolerância Zero: "Estamos no caminho certo", diz governador - Pág. 3

ELEIÇÕES 2026

Pivetta evita antecipar debate sobre sucessão e reforça parceria com Mauro Mendes

O parlamentar rebate rumores sobre crise com deputados e reforça que seguirá "sem vender a alma" - Pág. 5



Foto: Assessoria

MAIOR PONTE DE MATO GROSSO

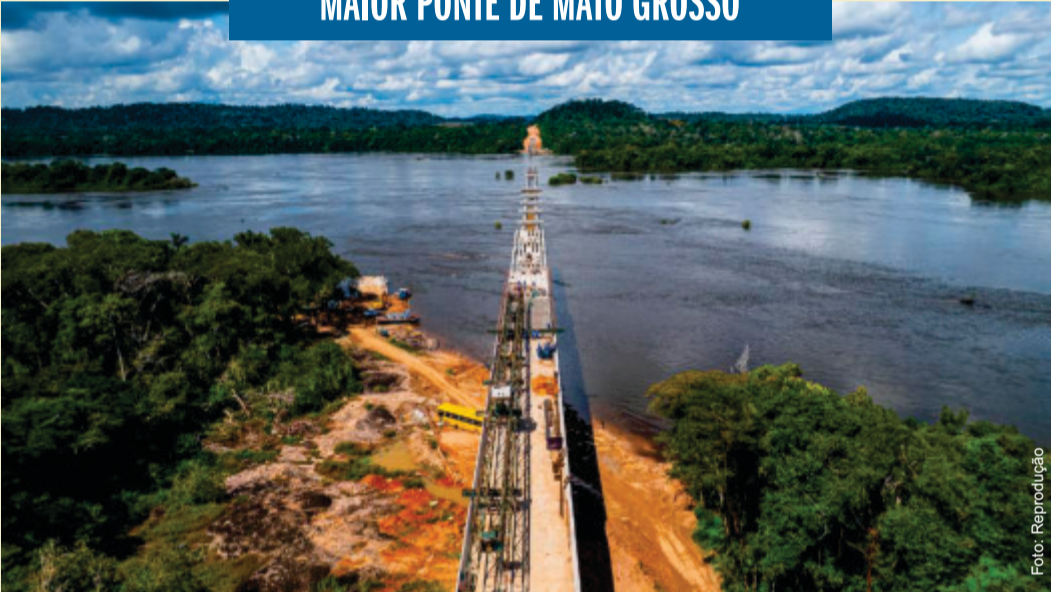


Foto: Reprodução

Nova ponte que ligará Cotriguaçu e Nova Bandeirantes tem 50% de obra concluída e a previsão é que seja entregue em 2026

Ponte vai substituir a balsa e facilitar o transporte na região norte - Pág. 6

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Max Russi evita estimativas sobre reajuste e diz que Assembleia buscará valorização dos servidores

Presidente reconhece insatisfação dos servidores com possível recomposição abaixo de 5% e afirma que cenário econômico ainda impede previsões concretas para o próximo ano - Pág. 6



Foto: ALMT

DESUMANO

Vereador Daniel Monteiro critica projeto que altera férias de professores e cobra responsabilidade da Prefeitura de Cuiabá

O vereador por Cuiabá, Daniel Monteiro, se posicionou firmemente contra o projeto de lei do Executivo Municipal que propõe a alteração no regime de férias dos professores da rede pública. Segundo o parlamentar, a retirada de pauta da matéria não representa o fim da tramitação, mas sim o início de uma nova etapa de luta política em defesa dos direitos dos servidores.

"O direito às férias dos professores é inalienável e já está garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pela Constituição Federal, no artigo 7º, inciso 17. Portanto, na minha visão jurídica, essa proposta é inconstitucional", afirmou Monteiro. Ele também disse que a insegurança sentida pelos educadores é legítima, pois a proposta partiu oficialmente do Executivo e não é "uma teoria da conspiração".

Monteiro ainda mencionou que, caso o projeto fosse aprovado, o caminho judicial seria inevitável. "O Supremo Tribunal Federal já consolidou entendimento sobre o tema, com repercussão geral, sob relatoria da ministra Rosa Weber. Tribunais de todo o país têm decidido nesse mesmo sentido". **Leia mais na página 4**



Foto: Lucas Leite

MOVIMENTAÇÃO PARTIDÁRIA

"Muita água ainda vai correr", afirma Júlio Campos sobre sucessão, suplentes e alianças

O deputado defende candidatura própria do União Brasil ao governo de MT, prega harmonia na Assembleia e alerta para impactos da tensão diplomática entre Brasil e EUA - Pág. 8



Foto: ALMT

Valéria Lima
Advogada

“ A escalada da violência não tira apenas a vida das mulheres, como destrói a base familiar, deixando seus filhos e filhas órfãos ”

Feminicídio e o direito dos órfãos das vítimas

O feminicídio é uma das expressões mais brutais da violência de gênero que infelizmente segue crescendo no Brasil. Em Mato Grosso, o cenário é preocupante: 28 mulheres foram vítimas de feminicídio apenas no primeiro semestre deste ano, sendo 10 só no mês de junho. Esse número já representa um aumento de 31,57% em relação ao registrado no mesmo período de 2024, que totalizou 19.

A escalada da violência não tira apenas a vida das mulheres, como destrói a base familiar, deixando seus filhos e filhas órfãos. De janeiro a junho, dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública mostram 44 crianças sem mães devido a ocorrências de feminicídio. Durante todo o ano de 2024, o estado registrou 89 crianças e adolescentes que tiveram as mães assassinadas. Além da perda irreparável, os filhos enfrentam consequências psicológicas, sociais e econômicas graves.

Precisamos lembrar que na maioria dos casos, o agressor comete suicídio ou está preso e sujeito aos efeitos do artigo 92, inciso II, do Código Penal, que determina a incapacidade para o exercício do poder familiar. Portanto, é um crime que afeta de maneira atroz a família, motivo pelo qual é indispensável a existência de políticas públicas multidimensionais para acolher os “filhos do feminicídio”.

Como mulher, mãe, cidadã e advogada que acompanha de perto a dor e a realidade de muitas famílias, vejo a necessidade urgente de que a sociedade conheça e exija a aplicação de políticas de enfrentamento e proteção. Mas também é importante que as famílias saibam que existem mecanismos legais de amparo, mesmo em meio à tragédia.

Este é o caso da Lei nº 14.717/2023, que garante uma pensão especial no valor de um salário-mínimo para filhos e dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio, desde



Imagem: Criada por Kleber Simioni com recursos de IA da Microsoft Designer

que estejam em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar per capita igual ou inferior a 25% do salário-mínimo, inclusive de casos de feminicídio ocorridos anteriormente à publicação da lei e mesmo antes do julgamento do réu.

Qual o procedimento? A família deve solicitar o benefício junto ao INSS como forma de suporte mínimo para garantir condições dignas aos órfãos. Importante lembrar que esse benefício não se acumula com outros do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como o Benefício de Prestação Continuada (BPC); também não isenta o agressor da responsabilidade civil, caso ele ainda esteja vivo.

Além dessa pensão, existem outros benefícios sociais e previdenciários que muitas famílias desconhecem, como o auxílio-reclusão, pensão por morte, entre outros. Em minha atuação jurídica, percebo que o desconhecimento desses direitos agrava mais o sofrimento das vítimas indiretas da violência. Por isso, acredito que meu papel vai além dos tribunais, é compartilhar informação clara, técnica e objetiva.

A violência contra a mulher é um problema estrutural e social que exige comba-

te firme, políticas públicas eficazes e justiça. Como mulher, cidadã e profissional do Direito, sigo comprometida em contribuir com informação qualificada e orientação jurídica, para que vítimas e famílias possam buscar o amparo necessário. Sigamos juntos nessa luta por justiça e dignidade. Estou à disposição!

Valéria Lima,
advogada graduada pela Unemat, especialista em Direito Previdenciário, Regime Geral (iniciativa privada) e Próprio (servidores públicos), terapeuta, coach e empresária

EDITORIAL

Julho Amarelo: A urgente luta contra as hepatites virais

O mês de julho, tradicionalmente marcado pela conscientização sobre a hepatite viral, traz à tona uma questão de saúde pública que ainda precisa de mais atenção: o enfrentamento das hepatites virais, doenças silenciosas que afetam milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Com a campanha Julho Amarelo, mais uma vez, somos convocados a refletir sobre o impacto dessas doenças e a importância de ações preventivas, diagnóstico precoce e acesso universal ao tratamento.

As hepatites virais, em especial as do tipo A, B, C, D e E, possuem características distintas, mas têm em comum a capacidade de comprometer o fígado, podendo levar a complicações graves, como cirrose e câncer hepático. O mais alarmante é que muitas dessas infecções podem ser assintomáticas por anos, tornando a detecção precoce ainda mais difícil. Isso faz com que o diagnóstico tardio seja um fator crucial para o aumento da mortalidade.

No Brasil, as hepatites B e C são as mais prevalentes, com a transmissão ocorrendo principalmente por meio do contato com sangue contaminado e, no caso da hepatite B, também por relações sexuais desprotegidas e da mãe para o filho durante o parto. A hepatite A, por sua vez, está geralmente relacionada ao consumo de água ou alimentos contaminados, refletindo uma questão de saneamento básico e condições de higiene.

A boa notícia é que a prevenção é possível. Existem vacinas eficazes contra a hepatite A e B, e os tratamentos para as hepatites B e C têm avançado significativamente, com terapias antivirais que podem garantir uma vida saudável aos pacientes quando iniciadas precocemente. Porém, para que isso aconteça, é fundamental a disseminação de informações corretas sobre as formas de transmissão, prevenção e as opções de tratamento.

É inegável que o Julho Amarelo tem desempenhado um papel essencial na mobilização da sociedade em torno do tema. A campanha, que envolve diversos setores

da saúde e da sociedade civil, visa alertar para a necessidade de diagnóstico e tratamento, além de promover políticas públicas mais eficazes para o controle e a eliminação das hepatites virais. A cada ano, é mais visível o esforço para ampliar o acesso aos testes rápidos de hepatite, promovendo a conscientização de que a detecção precoce pode salvar vidas.

No entanto, para que o enfrentamento das hepatites virais seja realmente efetivo, é preciso mais do que campanhas pontuais. O Brasil ainda enfrenta grandes desafios em relação ao acesso à saúde, especialmente nas regiões mais afastadas e em comunidades vulneráveis. Muitos ainda não sabem que podem ser portadores do vírus, e a falta de informações e infraestrutura adequada impede que muitos tratamentos cheguem àqueles que mais precisam.

É preciso garantir que a luta contra as hepatites virais não se limite a um mês do ano, mas que seja uma prioridade de saúde pública constante. Políticas de prevenção devem ser incorporadas de forma permanente nas unidades de saúde, e o incentivo ao diagnóstico precoce precisa ser ampliado, especialmente entre os grupos mais expostos aos fatores de risco.

Ao refletirmos sobre o Julho Amarelo, somos chamados a repensar o papel de cada um de nós no combate à hepatite viral. A conscientização é o primeiro passo para a mudança, e ela começa com a informação correta. Ao final, é um esforço coletivo que pode mudar a realidade de milhares de pessoas, garantindo uma sociedade mais saudável e protegida dessas doenças tão silenciosas, mas que podem ser prevenidas e tratadas.

Que o Julho Amarelo nos lembre que a luta contra as hepatites virais não é apenas um ato de saúde, mas um ato de cidadania.

EXPEDIENTE

Twitter Facebook Instagram copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Acharam um exagero

Os senadores mato-grossenses Jayme Campos (União Brasil) e Wellington Fagundes (PL) criticaram duramente a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou o uso de tornozeleira eletrônica e outras medidas restritivas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A medida foi imposta após operação da Polícia Federal, sob a justificativa de risco de fuga do país. Fagundes classificou a decisão como "excesso" e afirmou que Bolsonaro sempre esteve à disposição da Justiça, ressaltando que o Partido Liberal não concorda com a postura adotada pelo STF. Já Jayme Campos avaliou que o Supremo tem ultrapassado os limites constitucionais, cobrando mais equilíbrio nas decisões. Para ele, o momento exige pacificação institucional e não ações que contribuam para um "clima policialesco". Ambos os parlamentares manifestaram preocupação com o que consideram uma escalada de medidas duras e desproporcionais por parte da Corte, especialmente em relação aos desdobramentos dos atos de 8 de janeiro.

Focada no estadual



A vereadora por Cuiabá, Maysa Leão (Republicanos), reafirmou sua pré-candidatura a deputada estadual e garantiu que segue firme no projeto, mesmo diante de sinais de resistência dentro do próprio partido. A exclusão de seu nome dos eventos da visita do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, principal liderança nacional do Republicanos, não passou despercebida, mas Maysa assegura que não se sente prejudicada. Fiel ao seu estilo de campanha "formiguinha", que prioriza o contato direto com a população, ela reforça que seu projeto já está viabilizado com base no trabalho prestado e na expressiva votação que a reconduziu à Câmara de Cuiabá. Sem grandes padrinhos políticos ou alianças tradicionais, a vereadora aposta em sua independência e credibilidade junto ao eleitorado. Apesar de ter recusado um convite para disputar vaga de deputada federal, Maysa afirma que sua decisão é por responsabilidade com a família e coerência com o ritmo que adotou em sua trajetória política. No cenário estadual, declarou apoio ao vice-governador Otaviano Pivetta como pré-candidato ao governo, e no plano nacional, demonstrou entusiasmo com uma eventual candidatura de Tarcísio de Freitas à presidência da República, destacando seu perfil técnico e equilibrado.

Avaliou a imposição



O deputado federal Emanuelzinho (MDB), vice-líder do governo Lula na Câmara, avaliou que a imposição de tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reflete uma reação direta ao fortalecimento dos Brics, e não uma tentativa de interferência no processo judicial do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em entrevista, o parlamentar defendeu a postura firme do presidente Lula frente às ameaças comerciais, destacando que, embora os EUA sejam um parceiro estratégico, a soberania brasileira deve prevalecer. Emanuelzinho criticou o caráter político da decisão americana, classificando-a como "arbitrária" e desconectada de qualquer solidariedade com Bolsonaro. O deputado ainda sugeriu o uso da lei da reciprocidade como uma possível resposta, mas defendeu que o Brasil adote uma posição diplomática e estratégica para evitar uma guerra comercial. Ele também lamentou o uso da medida por opositores do governo como instrumento de desgaste político, alertando que, se levadas adiante, as tarifas podem gerar sérios impactos sobre o agronegócio, a indústria e o emprego no país.

Projeto de Lei da Devastação



Com o apoio majoritário da bancada federal de Mato Grosso, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que flexibiliza o licenciamento ambiental no país, provocando reações críticas de ambientalistas, que o apelidaram de "PL da Devastação". A proposta, aprovada entre a noite de quarta-feira (16) e a madrugada de quinta (17), foi defendida por seis dos oito deputados mato-grossenses: Coronel Fernando, Nelson Barbuho, José Medeiros, Rodrigo da Zaeli (todos do PL), além de Gisela Simona e Coronel Assis (União). Emanuelzinho e Juarez Costa (MDB) não votaram, embora Juarez já tenha manifestado apoio ao texto. O projeto altera significativamente o processo de licenciamento, criando mecanismos como a Licença Ambiental Especial (LAE) e a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que agilizam a liberação de empreendimentos, inclusive os com potencial de causar degradação ambiental. Também enfraquece a atuação de órgãos como Funai, Iphan e ICMBio, ao reduzir seu poder de veto e consulta nos processos. Para os defensores da medida, trata-se de um avanço contra a burocracia que trava obras e investimentos; para os críticos, um retrocesso na proteção ambiental que pode abrir brechas perigosas para a degradação dos biomas brasileiros.

De recesso



Após uma intensa semana de sessões extraordinárias para esvaziar a pauta de votações, os vereadores de Cuiabá entraram oficialmente em recesso e devem retomar os trabalhos legislativos no dia 5 de agosto. O recesso ocorre após a polémica em torno de um projeto que visava extinguir o tradicional "recesso do meio do ano". A proposta chegou a gerar debates acalorados no parlamento municipal há cerca de um mês, mas perdeu força e acabou sendo deixada de lado sem nova discussão. Embora tenha sido aprovada, a medida só passará a valer em 2026, já que a proximidade do calendário inviabilizou sua aplicação imediata.

Mauro Mendes – Governador do Estado

Mato Grosso celebra queda na criminalidade com o programa Tolerância Zero: “Estamos no caminho certo”, diz o governador



Foto: Mayka Toscano/Sobrem

Em meio a um cenário político agitado, marcado por tensões institucionais, embates retóricos e decisões estratégicas que moldarão o futuro de Mato Grosso, o governador Mauro Mendes (União Brasil) concedeu uma entrevista ao Centro Oeste Popular. Em tom firme e com discurso centrado na gestão, Mendes respondeu a críticas, apresentou dados e reafirmou seu compromisso com a estabilidade fiscal, a modernização da segurança pública e a continuidade de políticas estruturantes no Estado.

A conversa abrange temas que têm ocupado o centro do debate público: as críticas do ex-governador Pedro Taques, as fugas de detentos em regime de trabalho externo, os avanços no reaparelhamento das forças de segurança, a alta nos casos de feminicídio e os desafios para enfrentá-los. Mendes também comentou o apoio declarado a Otaviano Pivetta como possível sucessor, sem ignorar o movimento de outras lideranças do grupo, como o senador Jayme Campos. E, apesar das especulações sobre uma possível candidatura ao Senado, foi categórico ao afirmar que qualquer decisão sobre seu futuro político será comunicada no prazo legal, e não antes.

Em um momento em que a pressão política se intensifica, o governador procurou reforçar uma imagem de gestor técnico, focado em resultados e avesso a disputas prematuras. A seguir, a íntegra da entrevista, marcada por respostas diretas, dados concretos e uma visão estratégica do presente e do futuro de Mato Grosso. Confira a entrevista completa:

“Tivemos uma redução da criminalidade no Estado e temos ainda um longo caminho a percorrer, mas, estamos na direção correta”

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Centro Oeste Popular – O secretário Rogério mencionou o ex-governador Pedro Taques, e o senhor também comentou sobre as condições em que recebeu o Estado. Foi uma resposta intencional às críticas recentes à sua gestão?

Mauro Mendes – Não foi intencional. Apenas destaquei fatos. Os números estão aí e é importante analisarmos o passado, o presente e o futuro. Olhar para trás nos ajuda a entender de onde viemos e se estamos progredindo na direção certa. A referência histórica é essencial para um planejamento eficiente.

Centro Oeste Popular – Dois detentos fugiram recentemente da Penitenciária Central do Estado. Como está a apuração? Já se sabe onde houve falha?

Mauro Mendes – Todas as fugas envolvem detentos em regime de trabalho externo, o chamado extramuro, conforme já explicou o secretário Rivel. Nenhuma ocorreu entre os internos em regime fechado. Acreditamos que o trabalho é fundamental na ressocialização, e a maioria dos que atuam nesse regime não foge. Seguimos critérios rigorosos para a seleção, considerando perfil, tempo de pena e comportamento. Ainda assim, há exceções. Muitos dos fugitivos já foram recapturados e retornaram ao regime fechado, com as devidas sanções. Vamos continuar com essa política, que tem apresentado bons resultados. Hoje, cerca de 40 reeducandos trabalham no Parque Novo Mato Grosso, entre outras frentes no Estado. Apostamos na ressocialização pelo trabalho.

Centro Oeste Popular – O Estado entregou quase 2 mil pistolas Glock e coletes balísticos à Polícia Penal.

Essa medida faz parte de um esforço maior de unificação das forças de segurança?

Mauro Mendes – Sim. Hoje, Mato Grosso equipa todas as forças de segurança com armamentos modernos e padronizados. A Glock é uma das melhores do mundo. Quando assumi em 2019, não havia recursos nem para equipamentos, e recebemos doações da Polícia Rodoviária Federal. Com equilíbrio fiscal, agora investimos com recursos próprios. Também oferecemos treinamentos contínuos para garantir uma segurança pública mais eficiente e moderna.

Centro Oeste Popular – Os homicídios diminuíram, mas os casos de feminicídio aumentaram. Como o governo está enfrentando essa questão?

Mauro Mendes – O feminicídio é tratado de forma específica nos nossos relatórios. Infelizmente, houve aumento, e 77% dos casos ocorrem no ambiente familiar, o que dificulta a ação preventiva. Atuamos com campanhas educativas, oferecemos ferramentas como o botão do pânico e treinamos equipes para resposta rápida. Também valorizamos o endurecimento da legislação e parabenizamos a senadora Margareth pela elevação da pena para até 40 anos. Todos os casos registrados no Estado foram esclarecidos, com os culpados identificados e encaminhados à Justiça. Vamos lançar uma campanha para divulgar as primeiras condenações com penas máximas.

Centro Oeste Popular – O deputado Eduardo Botelho disse que o senhor estipulou de três a quatro meses para decidir se disputará o Senado. Esse é seu prazo?

Mauro Mendes – Não estabeleci prazo. As pessoas criam essas datas, mas a única que importa é 4 de abril de 2026, quando vou comunicar oficialmente minha decisão. Até lá, nada será antecipado. Estratégia eficaz exige discrição. Meu foco agora é governar Mato Grosso e cumprir meu mandato, não pensar nas eleições.

Centro Oeste Popular – O ex-governador Pedro Taques criticou sua gestão, alegando terceirização da segurança pública, queda no efetivo e questionando a construção do parque. Qual sua resposta?

Mauro Mendes – O ex-governador já foi julgado pelas urnas. Em 2018, teve desempenho inferior a votos nulos e brancos. Depois, ficou em sétimo lugar na disputa ao Senado. Não vou responder a críticas infundadas e sem dados. Prefiro continuar trabalhando pelo desenvolvimento e pela segurança de Mato Grosso.

Centro Oeste Popular – O senhor declarou apoio a Otaviano Pivetta, mas o senador Jayme Campos também sinalizou interesse na disputa pelo governo. Isso pode causar divisão no grupo?

Mauro Mendes – Ainda estamos longe das definições. Apoio Pivetta porque confio em sua capacidade de dar continuidade ao trabalho. Se Jayme quiser construir um projeto, tem esse direito. Ele é senador e pode viabilizar sua candidatura. Na União Brasil, cada um pode expressar sua opinião. Se alguém quiser concorrer, que construa seu caminho. Ainda não discutimos a possibilidade de Jaime sair do partido. As decisões serão tomadas no momento certo. Até lá, todos são livres para se manifestar.

Acesse: www.grupomilas.com.br



INCONSTITUCIONALIDADE DE PL

Ranalli defende projeto que proíbe procedimentos hormonais e cirurgias de transição em menores de idade: “É pela proteção da infância”

Vereador de Cuiabá afirma que proposta segue resolução do CFM e rebate críticas de inconstitucionalidade feitas por movimentos LGBT

■ | Lucas Leite | Da Redação

O vereador por Cuiabá, Rafael Ranalli, defendeu com firmeza o projeto de lei de sua autoria que visa proibir a realização de procedimentos hormonais e cirurgias de transição de gênero em menores de 18 anos no município. A proposta, aprovada em primeira votação e com parecer favorável após ser discutida nas comissões, tem gerado polêmica e críticas por parte de entidades ligadas à comunidade LGBTQIA+.

Segundo Ranalli, o projeto não trata de sexualidade ou identidade de gênero, mas sim da defesa da infância. “É engraçado que ouvimos representantes da classe LGBT, com 40, 50, 60 anos, mas não ouvimos as crianças. As crianças não são autossuficientes. A defesa aqui é da infância. Depois dos 18 anos, escolha fazer a cirurgia que quiser”, declarou o parlamentar.



Foto: Lucas Leite

Segundo Ranalli, o projeto não trata de sexualidade ou identidade de gênero, mas sim da defesa da infância. “É engraçado que ouvimos representantes da classe LGBT, com 40, 50, 60 anos, mas não ouvimos as crianças

O vereador baseia sua proposta em uma resolução recente do Conselho Federal de Medicina (CFM), que, segundo ele, proíbe o uso de hormônios para transição de gênero em menores de 18 anos e cirurgias

antes dos 21. “Estamos seguindo orientações médicas. Essa é uma medida preventiva. Há inúmeros casos de pessoas que, na fase adulta, se arrependem das intervenções feitas ainda jovens”, afirmou.

Apesar da justificativa, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) emitiu parecer pela inconstitucionalidade do projeto, alegando que o tema ultrapassa a competência legislativa do município. Ranalli rebate: “A casa é dos vereadores, não das comissões. O parecer foi derrubado. Quando isso acontece, ele se torna automaticamente favorável”.

Entidades ligadas aos direitos LGBTQIA+ acusam o projeto de ser inconstitucional e de violar os direitos individuais das pessoas trans. Ranalli, no entanto, acredita que essas críticas são motivadas por questões ideológicas e não jurídicas. “O grupo LGBT tomou essa briga por outras razões. A proposta aqui é simples: proteger o desenvolvimento físico e psicológico de crianças e adolescentes”.

Ranalli também reconhece que, se aprovado, o projeto ainda poderá ser judicializado. “Quem não gostou, que recorra ao Ministério Público, que cobre do prefeito. A Câmara faz leis. Se acharem que não cabe, que busquem os meios legais. Mas estamos cumprindo o nosso papel”.

O vereador admitiu que não há registros documentados de casos recentes em Cuiabá envolvendo a realização desses procedimentos em menores, mas destacou que a proposta tem caráter preventivo e regulatório. “Hoje o CFM não recomenda, mas se amanhã mudar de ideia? A lei serve para garantir uma proteção permanente”.

Ranalli também mencionou iniciativas semelhantes em outros estados, como Santa Catarina, e disse que seu objetivo é transformar a recomendação médica em norma legal, evitando lacunas na legislação local.

DESUMANO

Vereador Daniel Monteiro critica projeto que altera férias de professores e cobra responsabilidade da Prefeitura de Cuiabá

Parlamentar afirma que proposta enviada pelo Executivo é inconstitucional e defende planejamento para enfrentar déficit habitacional

■ | Lucas Leite | Da Redação

O vereador por Cuiabá, Daniel Monteiro, se posicionou firmemente contra o projeto de lei do Executivo Municipal que propõe a alteração no regime de férias dos professores da rede pública. Segundo o parlamentar, a retirada de pauta da matéria não representa o fim da tramitação, mas sim o início de uma nova etapa de luta política em defesa dos direitos dos servidores.

“O direito às férias dos professores é inalienável e já está garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pela Constituição Federal, no artigo 7º, inciso 17. Portanto, na minha visão jurídica, essa proposta é inconstitucional”, afirmou Monteiro. Ele também disse que a insegurança sentida pelos educadores é legítima, pois a proposta partiu oficialmente do Executivo e não é “uma teoria da conspiração”.

Monteiro ainda mencionou que, caso o projeto fosse aprovado, o caminho judicial seria inevitável. “O Supremo Tribunal Federal já consolidou entendimento sobre o tema, com repercussão geral, sob relatoria da ministra Rosa Weber. Tribunais de todo o país têm decidido nesse mesmo sentido”.

Sobre o pedido da Prefeitura para parcelamento de dívidas que somam mais de R\$ 700 milhões, o vereador declarou que a proposta precisa ser analisada, mas vê com bons olhos a possibilidade. “Mais do que o tamanho da dívida, o problema é o prazo. Cuiabá não tem um problema fiscal, tem um problema de estrutura temporal da dívida”, disse.

Monteiro comparou a situação financeira do município com a do clube Corinthians: “O Corinthians deve R\$ 2,5 bilhões e tem receita anual de R\$ 1,2 bilhão. Está aí, funcionando. Cuiabá arrecada mais de R\$ 5,5 bilhões por ano para uma dívida de R\$ 2,4 bilhões. Isso não é um colapso”.

Segundo ele, o importante é garantir “sustentabilidade intertemporal” da dívida, permi-



Foto: Lucas Leite

tindo que o município continue honrando seus compromissos e fazendo investimentos.

O vereador também comentou sobre a aglomeração de pessoas em frente à Prefeitura em busca de inscrição no programa habitacional “Potencial”, que provocou inclusive pernoites na fila. Para Monteiro, o episódio revela tanto a urgência do déficit habitacional quanto falhas de planejamento da gestão municipal.

“É uma situação multidimensional. Há um problema social grave, mas também uma falta de organização. Ainda assim, dou um voto de confiança à Prefeitura. É um programa bem-intencionado”, disse. No entanto, advertiu: “Se isso acontecer novamente da mesma forma, serei incisivo na crítica”.

Como exemplo de planejamento eficiente, ele relembrou a época em que trabalhou na Secretaria de Educação do Estado, quando contribuiu para digitalizar e organizar o processo de matrículas escolares. “É possível planejar, descentralizar, criar pontos de atendimento nos bairros. Isso é organização e vontade política”.

Monteiro finalizou ressaltando seu compromisso com as camadas mais vulneráveis da sociedade. “Trabalho para todos, mas se tiver que escolher um lado, sempre vou escolher o lado do trabalhador”.

ACESSO AO ESPORTE

Secretário de Esporte destaca reformas, inclusão e crescimento de atletas na capital

Com orçamento limitado, Jeferson Neves aposta em parcerias, reestruturação de espaços públicos e retomada de projetos para ampliar o acesso ao esporte em todas as regiões da cidade

■ | Lucas Leite | Da Redação

O secretário municipal de Esporte de Cuiabá, Jeferson Neves, tem comandado um processo de revitalização e fortalecimento da infraestrutura esportiva da capital mato-grossense. Com um orçamento considerado baixo, cerca de R\$ 3 milhões anuais para competições e reformas, a pasta tem buscado eficiência, parcerias e inovação para garantir o acesso da população ao esporte.

Desde o início da gestão, já foram mais de 155 atendimentos realizados em miniestádios, ginásios e demais espaços públicos, entre revitalizações, manutenções e reformas completas. Um dos principais marcos do primeiro semestre foi a edição 2024 dos Jogos Escolares Municipais, que atingiram recorde de participação: 2.080 atletas de mais de 80 escolas, quase o dobro dos inscritos em 2023.

“Estamos trabalhando com responsabilidade para ampliar o acesso ao esporte e melhorar os equipamentos públicos com os poucos recursos que temos”, afirma Jeferson. Segundo ele, para executar o planejamento ideal de reestruturação esportiva, seriam necessários ao menos R\$ 10 milhões neste ano.

Apesar das limitações financeiras e do cenário de contenção de gastos na prefeitura, o secretário acredita que o fim do decreto de calamidade permitirá um acréscimo orçamentário no segundo semestre. Além disso, a Secretaria já captou quase R\$ 2 milhões em emendas parlamentares municipais, que financiaram eventos como a Corrida Bom Jesus de Cuiabá, a Corrida do Legislativo e os Jogos Estudantis.

Com apenas 36 miniestádios e 9 ginásios públicos, a Secretaria de Esporte adotou uma estratégia em parceria com a Educação para ampliar a oferta de espaços esportivos. Já foram abertas 20 quadras escolares cobertas para uso comunitário no período noturno e aos finais de semana. A meta é atingir 48 escolas até o final do ano.



Foto: Câmara de Cuiabá

Outro destaque é a reestruturação do antigo projeto “Bom de Escola”, agora renomeado como “Bom de Esporte”, com atendimento previsto para 15 polos e inclusão de diversas modalidades, além do futebol.

Jeferson também anunciou avanços no esporte adaptado. Cuiabá contará com um Centro de Referência Paralímpico, em parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro. O projeto será sediado nos ginásios do Aquino, da UFMT e o Ginásio Verde. A cidade passou de 19 atletas paralímpicos em 2021 para 70 atletas em 2024 nos Jogos Nacionais.

Com a discussão do orçamento em andamento, a prioridade da pasta é ampliar escolinhas de esporte, revitalizar espaços já existentes e buscar novas emendas. Um dos modelos de estrutura em teste é o campo do Pedra 90, que está sendo reformado com grama sintética e iluminação de LED. “Se a aceitação da população for positiva, vamos expandir esse modelo para outras regiões”, explica.

O objetivo é manter o crescimento do esporte comunitário, estudantil e de alto rendimento, garantindo que a população cuiabana tenha acesso a espaços de qualidade. “Estamos reorganizando a casa para que em 2025 possamos fazer mais e melhor”, finaliza o secretário.

Acesse:
[www.tangaraonline](http://www.tangaraonline.com.br)



ELEIÇÕES 2026

Pivetta evita antecipar debate sobre sucessão e reforça parceria com Mauro Mendes

O parlamenta rebate rumores sobre crise com deputados e reforça que seguirá “sem vender a alma”

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Em meio às articulações políticas para 2026, o vice-governador de Mato Grosso, Otaviano Pivetta (União Brasil), adotou um tom cauteloso ao comentar a sucessão no Palácio Paiaguás. Segundo ele, antecipar o debate sobre candidaturas atrapalha o andamento do trabalho e gera desgastes desnecessários. “Estamos em julho de 2025, com uma coligação sólida desde 2018. As posições do governador Mauro Mendes e a minha são claras. Antecipar essa discussão só gera conflitos”, afirmou.

Questionado sobre um possível apoio de Mauro Mendes a uma eventual candidatura sua ao governo, Pivetta destacou que sempre teve disposição para seguir na vida pública, mas não se ilude com o cenário político. Ele também ressaltou sua parceria de longa data com Mendes, iniciada quando ambos eram prefeitos — Mauro em Cuiabá e ele em Lucas do Rio Verde —, marcada por cooperação e confiança. Segundo Pivetta, essa aliança foi essencial para devolver o Estado ao controle da população.

Sobre possíveis disputas internas no União Brasil, ele afirmou que ainda não há definições e que qualquer decisão só deve ocorrer em 2026, durante o período das convenções. Disse ainda que está preparado para assumir a missão, “caso seja da vontade de Deus e do povo”.

Em relação ao senador Jayme Campos (União), Pivetta afirmou que mantém diálogo constante. “Jayme é meu vizinho e conversa-



Questionado sobre um possível apoio de Mauro Mendes a uma eventual candidatura sua ao governo, Pivetta destacou que sempre teve disposição para seguir na vida pública, mas não se ilude com o cenário político

mos com frequência. É uma pessoa que respeito muito. Ainda não é o momento de tratar de candidaturas, mas esse diálogo acontecerá no tempo certo”, pontuou.

Ao comentar o episódio envolvendo uma comunicação feita por ele à Controladoria-Geral do Estado (CGE), o vice-governador negou qualquer crise institucional. Disse que não houve denúncia formal, apenas a notificação de uma situação que caberia ao Ministério Pú-

blico avaliar. Reafirmou o bom relacionamento com os deputados estaduais, a quem reconhece como representantes legítimos da população e comprometidos com a legalidade.

Pivetta também descartou que o episódio tenha prejudicado uma eventual candidatura. Pelo contrário, acredita que sua postura ética reforça seu compromisso com a legalidade. “Nunca comprometi meus princípios e todos sabem disso. Faço política com integridade,

sem vender a alma”, declarou.

Por fim, o vice-governador confirmou que participará da agenda com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que visita Mato Grosso nesta semana.

“O Mauro me convidou para participar. Vamos conversar sobre o Brasil, sobre política e, claro, sobre Mato Grosso. Tarcísio é uma liderança nacional em ascensão, e me honra estar no mesmo partido que ele”, concluiu.

OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL!

SALA COMERCIAL À VENDA NO EDIFÍCIO ELDORADO HILL

LINDA, MOBILIADA E COM PADRÃO A DE ACABAMENTO. PRONTA PARA USO, NO MELHOR PONTO COMERCIAL DA CIDADE!

TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

1 MILHÃO de leitores por mês



GRUPO **milas** DE COMUNICAÇÃO

Populart tangara AnotíciaMT RESUMO

GRUPO NA WEB

www.copopular.com.br

www.anoticiamt.com.br

www.tangaraonline.com.br

www.resumoonline.com.br

O maior portal de notícias do médio norte alcançando mais de 400 mil leitores mês.



copopular.com.br

(65) 3052-6030 / 3052-6031

GRUPO **milas** DE COMUNICAÇÃO

MAIOR PONTE DE MATO GROSSO

Nova ponte que ligará Cotriguaçu e Nova Bandeirantes tem 50% de obra concluída e a previsão é que seja entregue em 2026

Ponte vai substituir a balsa e facilitar o transporte na região norte

I Maria Cardoso | Da Redação

Uma das obras de infraestrutura mais aguardadas em Mato Grosso está prestes a impulsionar o desenvolvimento da região norte do estado. Com 1.360 metros de extensão, a ponte de concreto sobre o Rio Juruena, que está sendo construída entre Cotriguaçu e o distrito de Japurana (Nova Bandeirantes), já alcançou 50% de execução e será, quando concluída, a maior ponte construída em território mato-grossense.

O projeto vai além da ponte principal: inclui a pavimentação de 59 quilômetros da rodovia MT-208 e a construção de outras três pontes menores. O investimento total é de R\$ 252,8 milhões, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT), com previsão de entrega até 2026.

Desde a ordem de serviço, assinada em abril de 2023, os trabalhos avançam em ritmo constante, com equipes atuando simultaneamente na perfuração de estacas, lançamento de vigas, concretagem de lajes e preparação dos acessos.

A ponte substituirá a travessia por balsa, que hoje pode levar até uma hora e representa alto custo, especialmente para veículos pesados, com tarifas que chegam a R\$ 400 por viagem. Com a nova estrutura, a travessia será permanente, sem filas ou restrições de horário, reduzindo significativamente o custo logístico e o tempo de deslocamento.

Para o governador Mauro Mendes, a obra é emblemática. "A ponte do Rio Juruena vai ligar Cotriguaçu a Nova Bandeiran-



A ponte substituirá a travessia por balsa, que hoje pode levar até uma hora e representa alto custo, especialmente para veículos pesados, com tarifas que chegam a R\$ 400 por viagem

tes e à MT-170, entre Castanheira e Colniza. Eu diria que essas duas obras, juntas, são as mais importantes e revolucionárias da região Noroeste".

O impacto econômico também será expressivo. A ligação entre as rodovias MT-208 e MT-170 ampliará a integração entre municípios do norte e noroeste do estado, como Aripuanã, Colniza, Juruena e Guarantã do Norte, regiões em plena expansão do agronegócio e da produção florestal. A valorização fundiária já é perceptível: em Nova

Bandeirantes, por exemplo, o preço médio do hectare gira em torno de R\$ 36 mil, segundo dados do portal RELAND. Essa valorização reflete os novos investimentos em lavouras, armazéns e agroindústrias.

Além da relevância prática, a ponte possui valor simbólico. Com 1.360 metros, terá quase o dobro da atual maior ponte do estado, a do Rio Teles Pires, com 692 metros. Para se ter ideia da grandiosidade da obra, a travessia a pé equivale a mais de três voltas em uma pista olímpica de atletismo.

A construção da ponte sobre o Rio Juruena é vista pelo governo como um marco para o desenvolvimento do noroeste de Mato Grosso. Mais do que conectar Cotriguaçu e Nova Bandeirantes, a obra promete transformar a realidade de uma região historicamente isolada. Ao substituir a balsa por uma ligação direta e asfaltada, a ponte trará mais segurança, agilidade e competitividade, gerando novas oportunidades para a população e os empreendedores locais.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Max Russi evita estimativas sobre reajuste e diz que Assembleia buscará valorização dos servidores

Presidente reconhece insatisfação dos servidores com possível recomposição abaixo de 5% e afirma que cenário econômico ainda impede previsões concretas para o próximo ano

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (PSB), adotou um tom de cautela diante da possibilidade de o Governo do Estado conceder um reajuste inferior aos 5,85% previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos em 2024. Apesar da indecisão sobre o índice, Max afirmou que a valorização do funcionalismo continua sendo prioridade para a Casa.

"O debate sobre a recomposição ainda será iniciado. Neste momento, qualquer projeção é especulação. Vivemos um cenário de incertezas econômicas, como inflação e novos tarifários. Precisamos acompanhar os indicadores com responsabilidade antes de qualquer definição", declarou o parlamentar.

A fala de Max Russi ocorre em meio à crescente preocupação de sindicatos e outros deputados diante da possibilidade de o Executivo propor uma RGA inferior à prevista. Até agora, o governo não enviou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para votação na Assembleia e estaria aguardando a divulgação oficial da inflação de 2023, que deve ficar abaixo de 5%.

Para Max, a discussão deve ser conduzida com equilíbrio, mas sem perder de vista o compromisso com os servidores públicos. "Todo momento é oportuno para discutir a RGA, mas com responsabilidade. A Assembleia está atenta e vamos buscar garantir, no mínimo, o que já foi definido na LDO", reforçou.

A preocupação também foi manifestada por outros parlamentares, como Lúdio Cabral (PT), que defende a manutenção dos 5,85% e a possibilidade de um reajuste maior, como forma de compensar as perdas acumuladas nos últimos anos, estimadas em cerca de 20%. Diante dessa demanda, a ALMT retirou a LOA de votação na



sessão do dia 8 de janeiro e iniciou articulações para formar uma comissão de deputados que negociará diretamente com o governo.

O deputado Eduardo Botelho (União) também defendeu a mobilização, lembrando que o Estado ainda deve cerca de 20% em RGA aos servidores, especialmente da educação, devido à suspensão de reajustes em 2019 e 2020. "Vamos montar uma comissão para negociar. Esse atraso é histórico e precisa ser corrigido", afirmou.

ARGA é um direito constitucional dos servidores, e seu não cumprimento tem gerado forte mobilização sindical. O Sintep-MT, por exemplo, tem cobrado reiteradamente o cumprimento da lei junto à Seduc, ao Executivo e à própria Assembleia.

Mesmo sem um cenário definido, Max Russi sinalizou que a Assembleia estará à frente das discussões. A expectativa é que o tema ganhe força nos próximos meses, à medida que os dados econômicos do segundo semestre sejam consolidados e o governo encaminhe a LOA para apreciação legislativa.

CRITICOU DURAMENTE

"Traição à pátria não se negocia, nem com tarifas nem com anistia", disse Barranco sobre Trump e Bolsonaro

Deputado estadual critica duramente o "tarifaço" de Trump contra o Brasil, defende a postura firme de Lula na diplomacia internacional e condena apoio de Eduardo Bolsonaro

I Maria Cardoso | Da Redação

O deputado estadual Valdir Barranco (PT) criticou duramente o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pelas medidas protecionistas que afetam diretamente o agronegócio brasileiro, especialmente o chamado "tarifaço" imposto a produtos nacionais. Em entrevista, classificou as ações de Trump como "mais uma das loucuras da extrema-direita" e afirmou que essas atitudes vêm isolando os EUA no cenário internacional.

Para Barranco, o presidente Lula e o governo federal têm respondido corretamente às tensões comerciais, apostando no diálogo e na diplomacia. Destacou os esforços do vice-presidente Geraldo Alckmin e dos ministros Rui Costa e Fernando Haddad em articular soluções com o setor produtivo. "O Brasil resolve conflitos com a diplomacia do Itamaraty. Lula agiu com firmeza e equilíbrio desde o início", afirmou.

O parlamentar também comentou o fortalecimento do Brasil com a ampliação dos BRICS, o que, segundo ele, tem incomodado os Estados Unidos em meio a sua crise financeira e geopolítica. "Lula não precisa se ajoelhar diante de ninguém. Ele é recebido com honras por potências internacionais, e isso incomoda quem está perdendo protagonismo", disse.

Barranco foi categórico ao condenar qualquer possibilidade de anistia para os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. "Não se negocia soberania nacional em troca de perdão a criminosos. Eles atentaram contra a democracia e devem pagar por isso. A pressão popular impediu o avanço dessa proposta no Congresso", declarou.

O deputado também comentou as consequências do tarifaço de Trump, apontando que a medida pode prejudicar seriamente a economia brasileira. "Essa taxação afeta o emprego, a indústria, o agronegócio. É uma atitude política disfarçada de estratégia comercial", criticou. Ele também destacou que uma eventual retaliação deve ser conduzida com cautela, para evitar prejuízos maiores ao país.



Barranco fez duras críticas ao deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), após o parlamentar demonstrar apoio ao tarifaço. "É lamentável ver um brasileiro, financiado inclusive com recursos públicos, trabalhar contra o próprio país no exterior. Isso é traição à pátria", afirmou. "Não entendo como ele ainda não teve o mandato cassado. Atuar contra o Brasil é imperdoável".

O deputado reforçou sua confiança na liderança do presidente Lula, que, segundo ele, recolocou o Brasil no centro das decisões internacionais. "Hoje, o Brasil tem protagonismo, é respeitado pela China, Índia, Rússia e outros parceiros comerciais. Isso incomoda os Estados Unidos, que enfrentam instabilidade e uma dívida superior a 35 trilhões de dólares".

Sobre a criação de uma nova moeda de troca entre os BRICS, Barranco disse que é natural que os países busquem alternativas ao dólar, mas reafirmou que não se pode ceder soberania nacional em nome de acordos políticos internos. "Os que atentaram contra a pátria estão sendo julgados pelo STF, já foram denunciados pela PGR, e podem pegar até 47 anos de prisão. Não há perdão possível. Até outubro, muitos deles estarão na cadeia", concluiu.

Acesse:
www.copopular.com.br

FISCALIZAÇÃO URBANA

Nova plataforma substitui Disque-Denúncia e amplia combate a terrenos baldios e lixo acumulado

Com avanço da dengue e chikungunya, gestão Abílio adota plataforma digital para agilizar notificações e endurece punições contra imóveis abandonados

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Sorp), lançou um novo canal digital para denúncias de terrenos baldios e descarte irregular de lixo: o sistema Web Denúncias, disponível em sorp.cuiaba.mt.gov.br. A nova plataforma substitui o antigo atendimento via WhatsApp e permite ao cidadão registrar ocorrências, anexar imagens e acompanhar o andamento dos processos em tempo real.

De janeiro a julho, a Sorp fiscalizou 1.377 terrenos baldios. Somente na última semana, 38 proprietários foram notificados por edital devido ao abandono de seus lotes. Um dos casos mais recentes ocorreu no bairro Jardim Eldorado, onde moradores denunciaram mato alto. O responsável foi localizado, notificado e comprometeu-se a realizar a limpeza.

Segundo a secretária Juliana Palhares, o abandono desses imóveis impacta diretamente a comunidade e representa um problema recorrente. A modernização do sistema de denúncias busca melhorar o atendimento à população, que agora pode acompanhar cada etapa da fiscalização e receber notificações por e-mail.

Além da nova plataforma, o prefeito Abílio Brunini (PL) sancionou, em julho, a Lei Complementar nº 8.875/2025, que regula a notificação eletrônica de responsáveis por terrenos baldios e obras irregulares. A medida integra o sistema Domicílio Eletrô-

Foto: Reprodução



A preocupação com os terrenos baldios se justifica: eles representam riscos à saúde pública, segurança e ao meio ambiente. O acúmulo de lixo e mato alto favorece a proliferação de vetores de doenças como dengue, leptospirose e chikungunya, além de atrair roedores e insetos

nico Fiscal do Cidadão Cuiabano (DEC-Fiscal), eliminando a necessidade de entrega física de notificações. Segundo Abílio, a nova legislação moderniza a fiscalização, amplia a agilidade dos processos e está alinhada à Lei Federal nº 14.129/2021, que institui o Governo Digital. A implantação do sistema já começou, com

prioridade para as regiões com maior número de denúncias.

Em função do decreto de emergência em saúde pública, em vigor desde fevereiro devido ao aumento de casos de dengue e chikungunya, a Prefeitura autorizou a aplicação de multas sem notificação prévia a proprietários

de terrenos em situação de abandono. As dívidas não quitadas serão inscritas na dívida ativa, podendo resultar em apreensão judicial do imóvel. Segundo o procurador-geral do município, Luis Antônio Araújo, quem não regularizar a situação será acionado judicialmente. O objetivo, afirma, é promover uma cidade mais segura, limpa e saudável.

A preocupação com os terrenos baldios se justifica: eles representam riscos à saúde pública, segurança e ao meio ambiente. O acúmulo de lixo e mato alto favorece a proliferação de vetores de doenças como dengue, leptospirose e chikungunya, além de atrair roedores e insetos. A falta de manutenção também aumenta a presença de animais peçonhentos, como escorpiões e aranhas, e contribui para a insegurança, já que esses locais podem servir de esconderijo para criminosos e práticas ilícitas. No aspecto ambiental, o lixo acumulado pode contaminar o solo e a água, e a vegetação alta eleva o risco de incêndios. Do ponto de vista urbano, esses terrenos degradam a paisagem e desvalorizam os imóveis vizinhos.

Para evitar penalidades, os proprietários devem manter seus terrenos limpos, capinados e livres de entulhos. Já a população pode colaborar denunciando irregularidades pelo sistema Web Denúncias ou pelo telefone (65) 3616-9614.

Juliana Palhares destaca ainda que o sistema de georreferenciamento da Sorp, em parceria com as secretarias de Economia e Meio Ambiente, permite identificar rapidamente os responsáveis pelos imóveis. O Programa Fiscaliza e Cuida segue ativo, promovendo ações para garantir o cumprimento do Código de Posturas e da Lei nº 004/1992. De janeiro a junho, foram realizadas mais de 24 mil ações fiscais, sendo 2.948 voltadas especificamente para terrenos baldios.

A Prefeitura reafirma seu compromisso com a saúde pública e ressalta a importância da participação da população para enfrentar a crise sanitária. Cuiabá já registra mais de 3 mil casos de chikungunya em 2025, sendo o estado com maior número de mortes pela doença no país.

CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?

R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

MOVIMENTAÇÃO PARTIDÁRIA

“Muita água ainda vai correr”, afirma Júlio Campos sobre sucessão, suplentes e alianças

O deputado defende candidatura própria do União Brasil ao governo de MT, prega harmonia na Assembléia e alerta para impactos da tensão diplomática entre Brasil e EUA

■ Maria Cardoso | Da Redação

Em entrevista recente, o deputado estadual Júlio Campos comentou temas centrais da política mato-grossense e nacional. Ele abordou desde a movimentação de suplentes na Assembleia Legislativa até os impactos econômicos da política internacional e os rumos do União Brasil nas eleições de 2026.

Sobre a polêmica envolvendo a ocupação de cadeiras no parlamento estadual, Júlio reconheceu o desconforto gerado pela situação com o suplente Baiano Filho, mas afirmou ter antecipado sua licença para cumprir compromissos internos do partido.

"Antecipei minha licença, que estava prevista para setembro, para que o Baiano pudesse assumir. Hoje, o deputado Dilmar também se licencia, garantindo mais um mês de mandato ao suplente. Isso é natural. Ninguém chega aqui sem suplente", afirmou.

No cenário nacional, o deputado comentou os desdobramentos da política econômica e diplomática entre Brasil e Estados Unidos, especialmente diante do aumento das tarifas americanas sobre produtos brasileiros e da discussão sobre anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Júlio alertou para os impactos das divergências ideológicas entre os presidentes Lula e Trump, defendendo o protagonismo do Itamaraty na busca por equilíbrio comercial.



No cenário nacional, o deputado comentou os desdobramentos da política econômica e diplomática entre Brasil e Estados Unidos, especialmente diante do aumento das tarifas americanas sobre produtos brasileiros e da discussão sobre anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro

Segundo ele, é preciso deixar a ideologia de lado, como Trump tem feito, e permitir que a diplomacia brasileira conduza os acordos. Júlio acredita que o agronegócio, inclusive em Mato Grosso, poderá sentir algum impacto, embora menos severo do que o setor industrial.

Quanto às eleições estaduais de 2026, Júlio Campos defendeu que o União Brasil deve lançar

candidatura própria ao governo, como forma de fortalecer o partido e ampliar sua presença tanto no Congresso quanto na Assembleia Legislativa.

Ele comentou também a possibilidade de o governador Mauro Mendes não disputar nenhum cargo no próximo pleito, demonstrando frustração por não concluir obras importantes como o BRT entre Cuiabá e Várzea Grande, os

ambiente político no grupo do governador Mauro Mendes continua estável e aberto ao diálogo, mesmo diante de possíveis mudanças. Ele minimizou rumores sobre uma articulação envolvendo nomes como Max Russi e o falecido deputado Silvio Fávero, classificando-os como "conversa fiada". E concluiu: "Muita água ainda vai correr debaixo da ponte até março".

quatro novos hospitais, a reestruturação do Hospital Júlio Müller, o Parque Novo Mato Grosso e o túnel de Chapada dos Guimarães.

O deputado afirmou ainda que há um desejo crescente dentro do União Brasil por uma candidatura do senador Jaime Campos ao governo. Segundo ele, esse é o sentimento predominante entre deputados estaduais, federais, prefeitos e vereadores, que gostariam de ver o senador colocando seu nome à disposição. Júlio destacou que Jaime já está se articulando e viabilizando sua pré-campanha.

Apesar das movimentações, Júlio garantiu que o

**NÃO TEM
DESCULPA.
PROVOCAR INCÊNDIO É
CRIME**

O GOVERNO DE MT ESTÁ MONITORANDO EM TEMPO REAL. QUEM FOR FLAGRADO QUEIMANDO SERÁ RESPONSABILIZADO CRIMINALMENTE.

PERÍODOS PROIBITIVOS

PANTANAL
01/06 A 31/12

CERRADO E AMAZÔNIA
01/07 A 30/11

ÁREAS URBANAS
ANO TODO

DENUNCIE 193

mt.gov.br | secom_mt

govmatogrosso

**MATO GROSSO É
TOLERÂNCIA
ZERO**
CONTRA CRIMES AMBIENTAIS



**Governo de
Mato
Grosso**

